

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O LiberalClass.: 73Data: 14.05.85

Pg.: _____

4468

Lucio Flavio Pinto

A questão Kayapó (2)

Sem força institucional, sem recursos financeiros adequados, inchada pela burocracia e desaparelhada tecnicamente, a Funai não tem conseguido ser a representante dos índios junto à sociedade nacional. Colocada na linha de fogo do desenvolvimentismo a qualquer preço, como apêndice do antigo Ministério do Interior, oscila entre políticas dúbias e oportunistas. Nem conquista a confiança das comunidades indígenas, nem é vista como órgão competente pela comunidade não índia. Por essas falhas, acaba induzindo o conflito quando deveria evitá-lo.

Esta situação ocorre no caso Kayapó. No início de 1978, após muita pressão, a Funai enviou uma equipe à área para definir, junto com os índios, os limites da reserva. Após sobrevôos e reuniões realizadas na "casa dos homens", ficaram perfeitamente estabelecidos os pontos de amarração. Os índios estavam satisfeitos. Na época, apenas uma grande fazenda fazia vinhança com os Kaiapó, a Rio Dourado, que até havia conseguido convencer os Kaiapó a aceitar que uma parte da propriedade penetrasse no território indígena, em troca do compromisso de usá-la como reserva florestal.

Mas a demarcação foi interrompida um ano depois, a Funai sempre alegando falta de verbas para reiniciá-la. A reserva começou a ser cercada por novas fazendas, serrarias e garimpos, além de atrair a cobiça de aventureiros, cuja desenvoltura jamais foi limitada pela ação governamental. Os índios passaram a sofrer a pressão da sedução do dinheiro, de promessas mirabolantes ou artificiosos envolventes, para os quais ainda não possuíam qualquer defesa. A Funai, que deveria prestar-lhe orientação competente, omitiu-se ou agiu desastrosamente.

Em nenhum momento entreviu nas negociações diretas que o cacique Tuto Pombo estabeleceu com garimpeiros, fascinado por van-

tagens efêmeras e ilusórias. O dinheiro foi em grande parte desperdiçado, mas o exemplo influirá negativamente sobre as expectativas das demais comunidades. Os Gorotire foram levados a aceitar a presença dos garimpeiros de Cumaru, Maria Bonita e Tarzan, sob uma relação custo/benefício que lhes era notoriamente desfavorável.

Não apenas os contratos impunham cláusulas leoninas em favor dos "brancos", como também minavam a base da política indigenista. A Funai passava a estabelecer um varejo de negociações que iria afetar o princípio da integridade das áreas tribais. Só com o tempo os índios descobririam que estavam se prejudicando, mas nem sempre conseguiam recuar.

A Funai age também com duas posições distintas. Uma, nas aldeias, ao tratar com os índios. Outra, nas capitais, ao receber as partes e decidir em nome dos índios. Em 1978 os Kayapó estavam completamente satisfeitos com a demarcação pelo memorial descritivo que eles mesmos ajudaram a definir. Se a demarcação fosse imediatamente realizada, não haveria mais qualquer pendência: marcados os limites no chão, os índios não os atravessam, mas também não aceitam invasões. As linhas divisórias seriam a referência concreta à mediação entre a sociedade envolvente e as comunidades tribais.

Mas estas linhas não foram plantadas no chão. A delimitação cartográfica, ao contrário, foi seguidamente violada com a omissão ou conivência da Funai, que procurou ignorar a dinâmica da região. Para efeito externo, a Funai divulgava o memorial descritivo de 1978, que serviu de referência para a ação de todos os órgãos públicos e empresas privadas, já que o mapa foi amplamente difundido. Só em novembro do ano passado a Funai comunicou formalmente que esta

área anterior seria ampliada em mais 600 mil hectares, a maior parte ao sul.

Desde 1982, porém, os Kayapó já vinham manifestando insatisfação com os limites anteriores. Há documentos internos da Funai registrando essa divergência, mas eles foram mantidos nos arquivos internos. A Funai acompanhou sem protestar a venda de terras nos limites da reserva, área agora abrangida pela ampliação feita no decreto presidencial. Também não se manifestou nos 60 dias de prazo para a impugnação do loteamento do Iterpa, embora a delegacia regional tivesse manifestado divergência. A Funai permitiu ainda que os índios assinassem contrato direto com grileiros, que são simples vendedores de madeira, comprando a entrega de árvores na área ainda a ser ampliada.

A partir de amanhã, o Serviço Geográfico do Exército começará a instalar-se para fazer a demarcação da reserva. Mas a divisa sul, absorvendo fazendas, serrarias e títulos de propriedades expedidos pelo poder público, será segura? Mesmo na parte leste, será possível retirar novamente os garimpeiros depois que eles tiverem sido reinstalados?

Ainda á cedo para dar uma resposta satisfatória a esta e outras perguntas. Os direitos imemoriais dos Kayapó têm uma extensão territorial que os leigos no assunto nem podem supor. Mesmo se forem abstraídos os índios meridionais, já extintos, a metade setentrional dessa poderosa nação tem seus marcos culturais encaixados desde o Mato Grosso até o baixo Xingu, no Pará. Restituir-lhe todo o território está fora de propósito por sua própria inviabilidade. Em 1978 houve a oportunidade de iniciar e concluir rapidamente a demarcação de uma área aceitável sem traumatismo. Em 1985 a situação já é bem outra.